

EDITORIAL

Longevidade na era digital: quem precisa se adaptar a quem?

Vivemos simultaneamente duas das mais profundas transformações da sociedade contemporânea. A primeira é demográfica: a expectativa de vida aumentou, e o número de pessoas que alcançam idades avançadas cresce em praticamente todas as regiões do mundo. A segunda é tecnológica: atividades essenciais da vida cotidiana migram, em velocidade crescente, para ambientes digitais. Bancos, serviços públicos, comunicação, transporte, compras, informação, lazer e, cada vez mais, o próprio cuidado em saúde passam a depender de *smartphones*, aplicativos, plataformas eletrônicas e, mais recentemente, sistemas baseados em inteligência artificial.

O encontro entre essas duas revoluções traz oportunidades extraordinárias, mas também uma questão que não pode ser negligenciada: *quando digitalizamos a sociedade, estamos construindo esse novo mundo para todas as idades?*

Grande parte das pessoas hoje idosas foi formada em um universo essencialmente analógico. Sua escolarização, inserção profissional e parte expressiva da vida adulta transcorreram antes da popularização da internet, dos *smartphones* e dos aplicativos. Não se trata, portanto, de uma geração incapaz de aprender tecnologia, mas de uma geração que precisa incorporar, muitas vezes em fases mais avançadas da vida, competências que não fizeram parte de sua educação nem foram necessárias durante grande parte de sua trajetória. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alerta que lacunas persistentes em habilidades digitais podem restringir o acesso das pessoas idosas a serviços essenciais, conexões sociais e participação cívica, com repercussões sobre autonomia e inclusão social¹.

No Brasil, essa transição já é evidente. A *TIC Domicílios 2025* mostra crescimento expressivo do uso da internet entre pessoas com 60 anos ou mais, mas também evidencia a permanência de uma parcela importante da população idosa fora da rede e desigualdades marcantes nas habilidades necessárias para utilizá-la de forma autônoma². Esses dados expõem uma distinção fundamental: acesso digital não é sinônimo de inclusão digital.

Ter um *smartphone* não significa necessariamente saber utilizá-lo de maneira autônoma e segura. Enviar mensagens pelo WhatsApp não garante capacidade para acessar um portal de saúde, identificar um site oficial, instalar corretamente um aplicativo, proteger dados pessoais ou reconhecer uma tentativa de fraude. A própria TIC Domicílios demonstra desigualdades

importantes nas habilidades digitais: atividades como instalar programas ou aplicativos, modificar configurações de privacidade, anexar documentos e adotar mecanismos de proteção são realizadas em proporções consideravelmente menores entre os grupos de maior idade².

A exclusão digital, portanto, ultrapassou a questão da disponibilidade de equipamentos e conectividade. Ela envolve competências, confiança, acessibilidade, condições socioeconômicas e capacidade de converter tecnologia em benefícios concretos para a vida. Revisão sistemática publicada recentemente na *npj Digital Medicine* demonstra que, entre pessoas idosas, a exclusão digital se associa à convergência de desvantagens socioeconômicas, vulnerabilidades relacionadas à saúde e barreiras contextuais, podendo contribuir para piores condições de saúde e qualidade de vida³. Enfrentá-la exige respostas sistêmicas, incluindo acesso economicamente viável, desenvolvimento de habilidades, serviços amigáveis às pessoas idosas e alternativas não digitais para aqueles que permanecem excluídos.

Essa discussão torna-se particularmente relevante quando empresas e instituições transferem seus serviços para o ambiente digital sem considerar adequadamente a diversidade de seus usuários. Expressões como “acesse o aplicativo”, “consulte pelo portal”, “aponte a câmera para o QR Code” ou “fale com nosso assistente virtual” tornaram-se corriqueiras. Entretanto, aquilo que representa conveniência para uma pessoa pode constituir uma barreira para outra.

Surge, então, um paradoxo. Para quem domina um aplicativo bancário, realizar operações pelo *smartphone* pode representar independência. Para quem não o domina, a mesma digitalização pode significar entregar o aparelho a outra pessoa e depender dela para movimentar o próprio dinheiro. Um portal eletrônico de saúde pode facilitar o acesso de alguns pacientes aos resultados de seus exames e, simultaneamente, dificultá-lo para outros. A mesma tecnologia capaz de produzir autonomia pode também produzir dependência.

Essa constatação exige que se abandone uma interpretação individualizante da exclusão digital. Quando uma pessoa não consegue utilizar determinado serviço, a primeira pergunta não deveria ser apenas “Por que ela não consegue?”, mas também: “Como esse serviço foi desenhado e o que precisamos modificar para que ela consiga?”

O desafio é especialmente sensível no campo da saúde. Teleconsultas, prontuários eletrônicos, portais de pacientes, aplicativos, dispositivos vestíveis, sensores e sistemas de monitoramento remoto podem ampliar o acesso ao cuidado e apoiar o manejo de condições crônicas. Contudo, à medida que a saúde se digitaliza, a competência digital passa a interferir na própria capacidade de acessar recursos assistenciais. Evidências recentes reforçam que exclusão digital e desigualdades em saúde podem se retroalimentar³.

É igualmente necessário reconhecer que a alfabetização digital contemporânea vai muito além de aprender onde tocar na tela. Ela envolve localizar e avaliar informações; comunicar-se e compartilhar conteúdos; utilizar serviços digitais; gerenciar arquivos e senhas; proteger privacidade e dados pessoais; resolver problemas; identificar desinformação; reconhecer tentativas de fraude; e compreender, progressivamente, possibilidades e limites da inteligência artificial.

Isso requer educação digital ao longo da vida. E pessoas idosas aprendem. Programas adequadamente estruturados podem fortalecer autonomia e reduzir exclusão, desde que considerem ritmo de aprendizagem, experiência anterior, acessibilidade, significado das atividades e apoio continuado. A OCDE ressalta justamente que modelos tradicionais de letramento, desenvolvidos para a população geral, podem fracassar quando desconsideram necessidades e experiências de aprendizes mais velhos¹.

Tal perspectiva exige também enfrentar o etarismo digital. A afirmação de que uma pessoa é “velha demais para aprender”, a decisão de realizar uma tarefa por ela sem lhe oferecer oportunidade de fazê-la ou a presunção de que familiares estarão permanentemente disponíveis para intermediar sua relação com serviços digitais podem, ainda que involuntariamente, retirar autonomia. Ensinar exige tempo, repetição, linguagem compreensível e respeito. Fazer pela pessoa pode solucionar o problema imediato; ensiná-la a fazer pode preservar sua independência.

Segurança constitui outra dimensão indispensável. A expansão das transações digitais amplia a exposição a fraudes, engenharia social, roubo de dados e manipulação informacional. Contudo, seria inadequado transformar essa discussão em mais um estereótipo segundo o qual pessoas idosas seriam naturalmente incapazes de se proteger. Revisão sobre vitimização por fraudes digitais mostra um fenômeno mais complexo, envolvendo confiança, cognição, comportamento, contexto social e estratégias cada vez mais sofisticadas utilizadas pelos criminosos⁴.

A inteligência artificial acrescenta uma nova camada a esse cenário. Sistemas capazes de produzir textos, imagens, vídeos e vozes sintéticas criam oportunidades de aprendizagem, comunicação e acessibilidade, mas também potencializam desinformação e fraudes. Ao mesmo tempo, algoritmos podem reproduzir preconceitos etários quando pessoas idosas são insuficientemente representadas nos dados ou ignoradas durante o desenvolvimento das tecnologias. Assim, a reflexão sobre inteligência artificial e longevidade não deve restringir-se ao que essas ferramentas podem fazer para as pessoas idosas, mas precisa incluir a participação delas na definição de como essas tecnologias serão desenvolvidas e utilizadas.

É nesse ponto que a pergunta proposta no título deste editorial ganha significado: *Quem precisa se adaptar a quem?*

Certamente será preciso favorecer oportunidades para que pessoas idosas desenvolvam competências digitais. A aprendizagem ao longo da vida será cada vez mais necessária em sociedades tecnologicamente dinâmicas. Entretanto, seria socialmente injusto atribuir exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade de acompanhar transformações que ocorrem em velocidade extraordinária. A responsabilidade precisa ser compartilhada.

Governos devem garantir políticas de inclusão e alfabetização digital. Serviços de saúde precisam desenvolver soluções acessíveis sem abandonar pessoas incapazes de utilizar determinados recursos. Empresas devem testar produtos e serviços com usuários de diferentes idades e capacidades. Desenvolvedores precisam incorporar princípios de design universal e participação dos próprios usuários. Famílias podem apoiar o aprendizado sem substituir desnecessariamente a autonomia. E a sociedade deve reconhecer o acesso significativo às tecnologias digitais como dimensão cada vez mais relevante da cidadania.

Sobretudo nos serviços essenciais, a transformação digital deveria ampliar portas de entrada, e não simplesmente fechar aquelas que existiam anteriormente. A manutenção de alternativas humanas e não digitais para quem delas necessita não representa resistência à inovação; representa compromisso com equidade³.

O envelhecimento populacional não é um fenômeno periférico ao desenvolvimento tecnológico. Ele constitui uma das características estruturantes da sociedade para a qual se está desenvolvendo essas tecnologias. Não faz sentido projetar o futuro imaginando como usuário padrão uma pessoa jovem, plenamente alfabetizada digitalmente, com boa visão, audição, destreza manual, dispositivo atualizado e conexão de alta qualidade. O futuro também envelhecerá.

Talvez, portanto, a longevidade na era digital nos convide a superar uma concepção limitada de inclusão. Não basta conectar pessoas à internet; é necessário conectá-las às oportunidades que ela oferece. Não basta disponibilizar aplicativos; é necessário garantir que possam ser utilizados. Não basta digitalizar serviços; é preciso assegurar que a digitalização não suprima direitos.

A tecnologia alcançará sua função social quando ampliar possibilidades, fortalecer autonomia, facilitar o cuidado, aproximar pessoas e favorecer participação. A pergunta central deixa, então, de ser se as pessoas idosas conseguirão acompanhar a transformação digital. A pergunta necessária será: *a transformação digital será capaz de acompanhar a transformação demográfica?*

Em uma sociedade que celebra a conquista da longevidade, viver mais não pode significar tornar-se estrangeiro no mundo em que se vive.

REFERÊNCIAS

1. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Digital skills for seniors: key steps for effective training programmes. Policy Briefs. Paris: OECD Publishing; 2025. No. 35. DOI: <https://doi.org/10.1787/9edfa7ef-en>
2. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. TIC Domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: 2025. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; 2026.
3. Wu Y, Pang J, Xu S, Lett AM. Digital exclusion and health in older adults: a systematic review. NPJ Digit Med [Internet]. 2026 [citado em 8 set. 2026]. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41746-026-03091-6>
4. Shang Y, Wu Z, Du X, Jiang Y, Ma B, Chi M. The psychology of the internet fraud victimization of older adults: a systematic review. Front Psychol [Internet]. 2022 [citado em 8 set. 2026]; 13:912242. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.912242>

Boa leitura!

 **Yeda Aparecida de Oliveira Duarte**

Escola de Enfermagem. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons